

Cidade para quais pessoas? Sobre as contradições da reforma do Vale do Anhangabaú

Giancarlo Marques Carraro Machado*

<https://orcid.org/0000-0001-7404-9737>

Introdução

É evidente, após algumas décadas de resignação, a retomada de investimentos para o centro metropolitano de São Paulo¹. Nessas circunstâncias é que se insere mais uma reforma almejada para o Vale do Anhangabaú², um dos mais importantes cartões-postais da cidade³. Uma medida estratégica que, malgrado não seja inédita, reflete os esforços para resgatar e impulsionar uma velha centralidade que havia sido preterida em prol de outras mais no decorrer do tempo (Frúgoli Jr., 2000)⁴.

Os detalhes oficiais do mais recente projeto de reforma do Vale do Anhangabaú foram amplamente divulgados pela SP Urbanismo – empresa pública vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) – em período anterior

* Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

1. Para análises detidas sobre as calorosas discussões entre redes de agentes e instituições envolvidas no debate da recuperação da região central da cidade, ver Chizzolini (2013).
2. Situado ao redor de prédios históricos e próximo de marcos simbólicos da cidade, o Vale do Anhangabaú, em razão de sua extensão e centralidade, tem sido alvo de diversas estratégias político-urbanísticas desde o final do século XIX.
3. Para análises aprofundadas sobre as suas transformações no decorrer da história, ver Simões Júnior (1995); Hereñu (2007); Ferreira (2015); Miller (2017) e Mello (2019).
4. Para problematizações acerca da constituição de centralidades em São Paulo, como as demais que se consolidaram em seu quadrante sudoeste, nos limites das avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini, vide Frúgoli Jr. (2000).

à obra (cujo início se deu em 2019), tendo sido reproduzidos em portais virtuais de notícias. Algo que desperta a atenção em tais comunicações é a promoção de discursos que evocam menos as pretensões que se coadunam a uma agenda econômica neoliberal, esperada para o local e o seu entorno, e mais o impacto sociocultural advindo da intervenção. Perspectiva provocada, pois, pelo conceito de *cidade para pessoas*, algo propagado por Jan Gehl, arquiteto e urbanista dinamarquês responsável por direcionar, juntamente com os profissionais de seu escritório, a metodologia dos estudos preliminares que guiaram a fabricação de consensos em prol do que passou a ser reputado pelo poder público municipal como uma *requalificação* ou *reurbanização* do Vale do Anhangabaú⁵.

O conceito de *cidade para pessoas* é central em muitos materiais disponibilizados, como, por exemplo, numa cartilha derivada de um workshop promovido pela prefeitura em 2013, durante a gestão do então prefeito Fernando Haddad (PT, 2013-2016), juntamente com o escritório Gehl Architets:

A metodologia Gehl foca primeiramente na vida e na cidade que se deseja para o futuro, depois pensa no espaço e em como organizá-lo para ter esse tipo de vida e cidade, para então pensar nas construções e nos tipos de funções, programas e atividades, e por fim na arquitetura necessária para amparar essa vida e essa cidade. Mapear as pessoas, o número de pedestres e suas atividades para que de forma política possa-se traçar o equilíbrio do uso das ruas é um processo simples, mas tendemos a discutir o desenho e esquecemos de pensar em como as pessoas usam o espaço público, a arquitetura dos prédios e a cidade. [...] Enfim, projetar a cidade para que naturalmente as pessoas façam o que é bom para elas e para a cidade (“Centro, Diálogo Aberto”. Gestão urbana. SP Urbanismo. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/brochura_cda_7_10_13.pdf, consultado em 19/6/2021).

Percebe-se, assim, que o discurso institucional em favor da reforma do Vale do Anhangabaú reforçava, como garantia para o desenvolvimento urbano de São Paulo, a promoção de uma *cidade para pessoas*, princípio que, conforme o excerto acima, permitiria o resgate da escala humana e a renovação das formas de usos de certos espaços urbanos.

A incorporação de tal conceito pelas vias institucionais é o que desperta a curiosidade para fins deste artigo. Em decorrência de sua captura para nortear a recente intervenção sobre um espaço público caro ao Centro de São Paulo, cabe, então,

5. Termos utilizados nas comunicações oficiais de setores da Prefeitura de São Paulo. As eventuais menções a tais termos neste artigo, quais sejam, *requalificação* e *reurbanização*, exprimem o viés institucional.

perguntar: para quais pessoas o Vale do Anhangabaú estaria sendo reformado? A mudança de escala no planejamento poderá garantir uma cidade mais inclusiva e democrática? Partindo das questões ora apresentadas, o artigo almeja reconstituir algumas das principais mediações e embates em torno do projeto de reforma do Vale do Anhangabaú para, conseqüentemente, problematizar quais os possíveis sentidos atribuídos ao conceito de *cidade para pessoas* ao ser cooptado por sucessivas gestões municipais – notadamente a de Fernando Haddad e a de Bruno Covas (PSDB, 2018-2020)⁶, sendo estas responsáveis, respectivamente, pela viabilização do projeto e execução da obra.

A proposta será possível com base na análise de documentos e publicações disponibilizadas por diferentes setores da Prefeitura de São Paulo; de reportagens jornalísticas propagadas em canais diversos (com destaque para as investigações da série Privatização da Rua, publicada no portal virtual Repórter Brasil); de posicionamentos de agentes ligados a múltiplas esferas da sociedade civil; além, ainda, do diálogo com autores vinculados aos estudos urbanos a fim de investigar as pretensas intenções que permearam a incorporação do conceito de *cidade para pessoas*, de Jan Gehl, no que toca a reforma do Vale do Anhangabaú. Espera-se, pois, não reificá-lo, tampouco essencializá-lo em torno de uma suposta originalidade, mas evidenciar alguns dos sentidos escusos que o perpassam quando acionado estrategicamente.

Diálogo aberto?

Desde 2007 tem-se notícias de estudos de campo feitos para identificar os problemas e as potencialidades do Vale do Anhangabaú para reconfigurar a sua paisagem. É o que revela uma extensa investigação jornalística da série Privatização da Rua, publicada em 2014 no portal virtual Repórter Brasil⁷, de autoria de Sabrina Duran, com a colaboração de Fabrício Muriana e Marcela Biagigo. De acordo com a publicação, foi em 2007 que a ONG Institute for Transportation & Development Policy (ITDP)⁸, entidade estadunidense com atuação no Brasil sob financiamento da Fundação Hewlett, contratou a consultoria do escritório de arquitetura dinamarquês

6. Bruno Covas substituiu João Doria (PSDB, 2017-2018), político que renunciara à posição de prefeito para ocupar o cargo de governador.

7. A série “Privatização da Rua” integra a segunda fase do projeto “Arquitetura da Gentrificação” (AG). As investigações se deram ao longo de 11 meses, período em que “foram entrevistadas mais de 30 fontes e analisados mais de 40 documentos e centenas de páginas, entre contratos, publicações do Diário Oficial, atas, processos licitatórios e outros documentos oficiais; foram produzidos áudios, vídeos e relatos de reuniões de comissões executivas às quais a reportagem compareceu”. Para informações detalhadas, vide: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/#menu>.

8. Mais informações em: <https://itdpbrasil.org>.

Gehl Architects para elaborar um plano de revitalização para o Vale do Anhangabaú e o seu entorno. Em junho do mesmo ano foi publicado um documento no site da ONG, intitulado “Estratégias para o Anhangabaú e Quadra das Artes”⁹, em que constam análises sobre os diversos elementos que compõem a sua paisagem e também algumas proposições e boas práticas esperadas a partir de um planejamento que colocasse como prioridade não aspectos tradicionalmente considerados, como as demandas dos automóveis e das edificações, mas, ao contrário, aquilo que traz vitalidade à cidade, isto é, as pessoas. O documento é enfático em seus apontamentos: tratava-se de uma proposta que visava contribuir para o ressurgimento do Centro Histórico de São Paulo.

A tônica do documento, por consequência, é em prol de uma “cidade reconquistada”, o que seria possível com base em uma visão holística da qualidade urbana que tivesse como prioridade a acessibilidade a fim de garantir a permanência nos espaços em detrimento da busca unidimensional por mobilidade. O Vale do Anhangabaú, de acordo com a consultoria, poderia se tornar um autêntico equipamento cultural, o que auxiliaria, com efeito, a atrair “a nova economia criativa para a área e encorajar uma interação global” (Gehl Architects & ITDP, 2007, p. 79).

O documento fora apresentado na prefeitura no âmbito da gestão de Gilberto Kassab (PSD, 2009-2012), todavia, não teve as suas propostas efetivadas. O fato de não ter sido levado adiante não implicou, porém, em seu completo engavetamento. É o que nos mostra as investigações da série Privatização da Rua. Conforme uma das reportagens, o Escritório Gehl Architects novamente foi acionado para desenvolver estudo de campo para apontar problemas e potencialidades da região central, algo que já tinha sido feito em 2007. Dessa vez voltou a cena em 2013, logo no princípio do mandato de Fernando Haddad e pouco antes das *Jornadas de Junho* que assolaram a capital¹⁰, para integrar uma série de ações, entre elas, a participação em palestras e workshops que faziam parte da programação do “Centro, Diálogo Aberto”, projeto capitaneado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) que tinha como foco a *requalificação* de vários espaços do Centro, entre eles, o Vale do Anhangabaú. Caso fosse levada a cabo, conforme almejava o projeto, o Centro se tornaria mais democrático, solidário, acolhedor e vivo, condições que potencializaria, ainda, a cultura da metrópole. Tais pretensões,

9. O documentopodeservisualizadoem:https://itdpdotorg.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/07/ITDP_Gehl-Sao-Paulo-report-Final-Rev-2007.06.22.pdf.

10. Não é intenção discutir aqui os desdobramentos e os múltiplos sentidos de tais insurgências, contudo, algo a se considerar é que as mobilizações que inicialmente tomaram as ruas de várias cidades brasileiras, como as de São Paulo, tiveram como estopim os impactos decorrentes das misérias urbanas. Para mais, ver, dentre outros, Singer (2013), Harvey et al. (2013) e Gohn (2016).

segundo a sua proposta, poderiam ser efetivadas valendo-se da busca por consensos e do esforço coordenado entre diferentes agentes da política e da sociedade civil, quais sejam, técnicos do serviço público, especialistas, moradores, estudantes ou admiradores do Centro¹¹.

Apesar do notável relevo atribuído à dimensão social e cultural e a possibilidade da incorporação de cidadãos diversos em prol do mencionado esforço coordenado, o que se viu na prática foi, ao contrário, a participação popular preterida por empresas do setor imobiliário e construção civil, instituições financeiras, associações comerciais, entidades de classe, entre outras formas associativas com seus respectivos interesses segmentados. Conforme denunciado pelas investigações da série de reportagens já mencionada, em abril de 2013 foi realizado um evento composto por palestras, workshops e avaliação dos técnicos a fim de debater o conteúdo do projeto. A reportagem constatou, contudo, que o “Centro, Diálogo Aberto” não foi tão aberto assim. No projeto é exaltado o protagonismo dos habitantes da cidade e dos usuários do Centro e a importância de ouvi-los para ressignificar o coração da cidade. Pouco aparecem, em vista disso, menções àqueles ligados ao setor privado, os quais, conforme será visto adiante, também possuem notáveis interesses quanto aos impactos econômicos proporcionados pela *requalificação*. Já no evento promovido pela prefeitura, ao contrário, havia uma participação popular ínfima, além de uma notável ausência de representantes das populações vulneráveis que tradicionalmente ocupam a região central (como pessoas em situação de rua, catadores de materiais recicláveis e vendedores ambulantes). Situações como esta, que relegam o exercício da cidadania nas esferas que propiciam decisão, voltaram a ocorrer, diga-se de passagem, em eventos subsequentes, não tendo sido algo isolado.

Em agosto de 2013, alguns meses após o primeiro evento na prefeitura, Nádya Campeão, então vice-prefeita de São Paulo, recebeu de Luciana Nicola, representante do setor de Relações Governamentais e Institucionais do banco Itaú, uma carta que demonstrava a intenção da instituição financeira em colaborar com a *requalificação* do Centro, colocando-se à disposição para doar um estudo para reorganização dos espaços do Vale do Anhangabaú, que seria elaborado pelo escritório Gehl Architects¹². A partir desse interesse, a reportagem da série Privatização da Rua constatou,

11. Carlos Vainer (2013a), ao refletir sobre a estratégia discursiva tão em voga em diferentes formas de planejamento estratégico urbano, considera que a produção – ou imposição – de supostos consensos é umas das condições básicas para se tentar efetivar escusos interesses em prol do gerenciamento da cidade como uma mercadoria. Isso implica a redefinição não apenas dos seus significados, mas também da própria atuação do poder público, o que acaba por condicionar a transformação da cidade em sujeito/ator econômico (a cidade-empresa).
12. A carta foi disponibilizada pelas investigações da série “Privatização da Rua”. Pode ser visualizada no link: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/img/imagem-4.jpg>.

aliás, que o banco em questão foi a única instituição financeira convidada a participar do evento promovido pela SP Urbanismo¹³.

Alguns dias após o ocorrido, o Termo de Doação foi assinado pelo Itaú e pela SMDU, tendo sido publicado no Diário Oficial do município em 28 de dezembro de 2013¹⁴. A reportagem da série Privatização da Rua atentou para a seguinte descrição contida no termo: “doação sem encargo de projeto arquitetônico para reorganização dos espaços urbanos do Vale do Anhangabaú, projetado pelo Escritório de Arquitetura Gehl Architects, do qual o doador é legítimo proprietário e possuidor. Valor do objeto da doação: 500 mil (quinhentos mil euros)” (Privatização da rua. Disponível em: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/?sc=tl/2013-12-16>, consultado em 4/6/2021).

Contudo, a mesma reportagem revela que a doação, embora se pretendesse sem encargo, trazia a reboque algumas intenções por parte do doador. É destacado o seguinte trecho: “Por livre e espontânea vontade, o DOADOR, sem coação ou influência de quem quer que seja, faz doação por ato inter vivos à DONATÁRIA, gratuitamente, com a única condição [grifo nosso] de que a DONATÁRIA colabore com as próximas etapas do processo de elaboração do Projeto [...]” (Privatização da rua. Disponível em: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/?sc=tl/2013-12-16>, consultado em 4/6/2021).

É evidente, assim, que a colaboração do doador com as próximas etapas do processo de elaboração do projeto constituía-se como uma condição para uma doação. Uma suposta ação espontânea que englobava interesses diversos, neste caso específico, expresso por meio de um projeto conceitual para o Vale do Anhangabaú.

Ainda de acordo com as reportagens, em 17 de dezembro de 2013 foram apresentados na prefeitura os resultados dos workshops realizados no decorrer daquele ano, que culminaram no projeto conceitual que orientaria a *requalificação* do Vale do Anhangabaú. Nessas circunstâncias, os jornalistas da série Privatização da Rua resolveram comparar também os resultados dos estudos realizados em 2007 e 2013. Apesar das tantas semelhanças, encontraram uma diferença crucial que revela as estratégicas intenções que estavam sendo intentadas para o Vale do Anhangabaú:

Enquanto o estudo de 2007, encomendado pelo ITDP, identifica como grupo de usuários do Vale do Anhangabaú “comerciantes informais, moradores e crianças de rua e prostitutas”, o

13. As listas de presença dos eventos promovidos pela SP Urbanismo estão disponíveis em: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/s.php?page=dadosabertos>.

14. Disponível em: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/dadosabertos/documentos/Extra-to%20do%20Termo%20de%20Doação%20publicado%20no%20Diário%20Oficial.pdf>, consultado em 30/6/2021.

estudo de 2013, encomendado pelo banco Itaú, não menciona essas populações vulneráveis em nenhum momento, inclusive em nenhum documento produzido até agora pela SMDU e divulgado no site do projeto “Centro, Diálogo Aberto” (Privatização da rua. Disponível em: <https://privatizaoda rua.reporterbrasil.org.br/?sc=tl/2014-03>, consultado em 4/6/2021).

Portanto, se no estudo encomendado pela ONG havia menções e propostas às populações vulneráveis que ocupavam o Vale do Anhangabaú, no que fora contratado por uma instituição financeira elas simplesmente deixaram de ser consideradas. Como se não bastasse isso, tais populações vulneráveis também tiveram suas vivências impactadas por um dos projetos-pilotos que orientaria a *requalificação* do Vale do Anhangabaú, implementado no Largo São Francisco sob financiamento do banco Itaú¹⁵. Isso revela, pois, que a reconfiguração da exclusão sob a égide de uma intervenção seria algo possível¹⁶. Consoante a reportagem,

Pessoas em situação de rua entrevistadas pela reportagem, além de membros do movimento Frente de Luta por Moradia (FLM) que ocupam um edifício na rua José Bonifácio 367, ao lado do Largo São Francisco, afirmaram que os antigos moradores que viviam naquele espaço com suas barracas foram “afastados” dali para outras ruas da região tão logo a área foi cercada com tapumes para a construção do deque de madeira (Privatização da rua. Disponível em: <https://privatizaoda rua.reporterbrasil.org.br/?sc=tl/2014-10-10>, consultado em 4/6/2021).

Eis, com efeito, mais um exemplo que se soma ao *modus operandi* que tem sido corriqueiro nas tramas urbanísticas fomentadas pela coalizção entre agentes do capital e da política; são pretensões que potencializam o controle de experiências cidadinas indesejáveis e o gerenciamento neoliberal da cidade como mercadoria. Porém, à luz de Lefebvre ([1968] 2008) e com base nas denúncias da reportagem em tempos recentes, a busca por uma suposta coerência na produção do espaço urbano poderá revelar uma incoerência oculta, algo que também poderá propiciar, a partir do fim da obra e da liberação do Vale do Anhangabaú para a população, um fenômeno paradoxal de integração desintegrante com potencial para colocar em xeque até mesmo aquilo que parece ter sido a retórica da metodologia que propiciou

15. A Prefeitura de São Paulo consolidou nove projetos-pilotos no centro da cidade desde 2014. Cada um teve diferentes impactos perante a população. Mais informações: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/urbanismo/index.php?p=288083, consultado em 30/6/2021.

16. A SP Urbanismo divulgou um relatório aberto sobre os impactos do projeto-piloto implementado no Largo São Francisco. Nele não consta nenhuma menção às pessoas em situação de rua. Para mais, ver: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/06_LSF2_fasciculo_2017-12.pdf, consultado em 8/6/2021.

a fabricação do consenso com vistas à *requalificação*: a perspectiva de Jan Gehl de uma *cidade para pessoas*¹⁷.

Mas para quais pessoas o Vale do Anhangabaú estaria sendo requalificado? Vejamos algumas considerações.

Cidade para quais pessoas?

O escritório de Jan Gehl foi responsável por difundir a metodologia de uma *cidade para pessoas*, algo muito caro à atuação do arquiteto mundo afora. Tal perspectiva está presente não apenas em seus projetos, mas também nas obras acadêmicas de sua autoria, em que são sistematizadas as principais reflexões e nuances decorrentes da sua implementação. É o que consta, por exemplo, no livro “Cidade para pessoas” (*Cities for people*, 2010), publicado em 2013 em sua versão brasileira. O autor traz severas críticas a certas ideologias dominantes do planejamento, como o modernismo, que por intenções diversas deram pouca importância àquilo que traz vitalidade às cidades, qual seja, a dimensão humana. Em decorrência disso, o espaço público, as áreas para pedestres, os locais de encontro e sociabilidade entre moradores, foram negligenciados por forças do mercado e por tendências arquitetônicas que passaram a valorizar sobretudo as demandas do tráfego de automóveis e a autossuficiência de espaços individuais.

As pessoas, enfatiza Gehl, nunca foram tão maltratadas nas cidades como em tempos recentes. Em contrapartida ao descaso com a dimensão humana, considera que o objetivo-chave para o futuro, em termos de planejamento, é ter como foco as necessidades das pessoas que utilizam as cidades, condição que reforça a função social de seus espaços e que também contribui para a sustentabilidade e para uma sociedade aberta e democrática. Desse modo, “a visão de cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis tornou-se um desejo universal e urgente”, considera Gehl (2013, p. 6), requisitos que são possíveis apenas a partir de intervenções políticas unificadas – o almejado “consenso” –, a exemplo do que se tentou para o Vale do Anhangabaú, que garantam espaços convidativos para a caminhabilidade e outras formas alternativas de locomoção, para a permanência e para a realização de demais atividades cotidianas.

A sua proposta em prol de uma *cidade para pessoas* visa, basicamente, inverter a ordem daquilo que se tornou primordial para o planejamento moderno: em vez de se considerar edifícios-espaços-vida, o planejamento que prioriza a escala humana

17. Como aventara Vainer (2013b, p. 118), provavelmente estamos diante do processo de construção de uma nova hegemonia urbana cujo caráter é despolitizado e despolitizador, que “constrói o consenso porque o supõe como instaurado previamente. Na verdade, não se trata de construí-lo no processo político, mas simplesmente de reconhecê-lo, identificá-lo e enunciá-lo”.

deve, por sua vez, relevar o inverso, isto é, considerar a ordem vida-espacos-edifícios. O posicionamento de Gehl, apesar de instigante, não é nada hodierno. Muitas considerações próximas da sua constam, aliás, nas produções daquela que é uma das suas principais influências: trata-se da jornalista, ativista e escritora norte-americana Jane Jacobs, autora, dentre outros, de *Morte e vida das grandes cidades* (*The death and life of great American cities*, lançado originalmente em 1961).

Faz-se necessário um breve parêntese a fim de evidenciar como a jornalista influenciou o arquiteto dinamarquês. Jacobs chamava a atenção, há cinco décadas, para aquilo que também é alvo de Gehl, quer dizer, os impactos perniciosos provocados pelo modernismo em termos urbanísticos, que, por meio de sua proposta de planejamento dos espaços urbanos, está descolado das necessidades humanas e das situações cotidianas que acontecem nas ruas. Atacava, nessas circunstâncias, a instrumentalidade de certos especialistas em prol das experiências e dos conhecimentos dos próprios cidadãos, a saber, aqueles que habitam o que está construído, sendo estes os responsáveis por desestabilizar a monotonia de pretensos ordenamentos que os desconsideram e por revelar sentidos em meio àquilo que, à primeira vista, transparece uma desordem.

Duas passagens são notadamente famosas na obra de Jacobs (2014) a ponto de difundir-la para um público diverso, não apenas acadêmico. A primeira diz respeito a um “balé nas calçadas”, isto é, a uma situação na qual diferentes pessoas passam e/ou ocupam com diversas finalidades, a depender do período do dia, as calçadas da rua onde a jornalista morava, em Greenwich Village, bairro de Nova Iorque. Tal balé exprime a espontaneidade e imprevisibilidade de cidadãos, ou grupo de cidadãos, que, apesar de seus papéis distintos, reforçam-se mutuamente trazendo vitalidade para a cidade.

Essa dinâmica descrita em torno dos usos e das apropriações de um espaço público conecta-se a uma segunda passagem um tanto potente de “Morte e vida das grandes cidades”, sobre as implicações dos “olhos da rua” e seus impactos quanto à sensação de segurança na cidade. Aqueles que transitam e ocupam as calçadas, ainda que não sejam habitantes do bairro, tornam-se, segundo Jacobs, aliados dos moradores locais, daqueles que espiam regularmente as ruas desde as suas janelas. Dessa simultaneidade de olhares é exequível promover, ainda que de maneira não intencional, a segurança do bairro ou de um espaço da cidade.

Na obra de Gehl, bem como em seus estudos e planejamentos, é possível verificar a inspiração provocada por estas perspectivas de Jacobs. É notável a sua preocupação para com a caminhabilidade de pedestres, as apropriações cidadinas, a diversidade de funções do espaço e a segurança. As ideias de “Morte e vida das grandes cidades” vêm impactando, há décadas, muitos leitores da obra de Jacobs, de arquitetos a empre-

sários, de ativistas a instituições, de acadêmicos a um público geral. Bianca Tavolari (2019, p. 13) assevera também que “o livro passou a servir de justificativa para as mais diferentes posições políticas sobre o urbano, sejam elas teóricas ou práticas”. A pesquisadora considera que as ideias da jornalista estão por toda a parte, e, para exemplificar, recorda a sua repercussão positiva inclusive entre dois ex-prefeitos de São Paulo, sendo estes rivais no início do milênio – Marta Suplicy (PT, 2001-2004) e José Serra (PSDB, 2005-2006) – por representarem partidos políticos de espectros ideológicos dissonantes. Não é de se estranhar, aliás, a influência de Gehl, fiel leitor de Jacobs, no âmbito da gestão de prefeitos também vinculados a esses mesmos partidos políticos aparentemente rivais, como é o caso de Fernando Haddad e de Bruno Covas.

A obra de Jacobs é muito mais complexa e certamente traz contribuições diversas para além do seu posicionamento crítico diante do planejamento urbano moderno e da construção das imagens literárias – “balé das calçadas” e “olhos da rua” – já um tanto propagadas. Contudo, algo que não se pode perder de vista, para fins deste artigo, são as contradições que permeiam seus posicionamentos, ou melhor, os limites e tensões do seu pensamento (Tavolari, 2019). Apesar de convergir diferentes visões urbanísticas sob a necessidade de se considerar o protagonismo das pessoas nos espaços públicos, Jacobs pouco aprofunda sobre aquilo que marca a produção das cidades: as relações de poder, as disparidades econômicas, as opressões que se resvalam em certos sujeitos, as assimetrias e as intolerâncias que dificultam os seus acessos e permanências em toda sorte de áreas públicas. Com efeito, como bem constatado por Tavolari (2019, p. 20), “apesar de Jacobs insistir na atenção às relações sociais, o foco da crítica não é social, no sentido de que as desigualdades sociais não estão em primeiro plano”.

Podemos considerar que, de igual maneira, tal contradição também é evidente em Gehl, que pouco aprofunda suas análises em torno das desigualdades que permeiam a vida das pessoas. Assim, nesta pretensão universal de se considerar uma *cidade para pessoas*, o arquiteto parece refletir e projetar os espaços apenas para alguns tipos de pessoas, sobretudo aquelas que detêm privilégios por conta da intersecção de seus marcadores sociais das diferenças, ao passo que oblitera das intenções aquelas mais vulneráveis que, historicamente, padecem pela exclusão decorrente da produção estratégica da cidade. Esta integração desintegrante, como diria Lefebvre (2008), pode ser verificada numa retórica que perpassa seus estudos e metodologias: a ideia de que as pessoas na cidade é uma questão de convite. De acordo com os seus pressupostos, “o planejamento físico pode influenciar imensamente o padrão de uso em regiões e áreas urbanas específicas. O fato de as pessoas serem atraídas para caminhar e permanecer no espaço da cidade é muito mais uma questão de se trabalhar cuidadosamente com a dimensão humana e lançar um convite tentador” (Gehl, 2013, p.17).

Quando se apela para um convite, lança-se um incentivo a alguém para fazer ou participar de algo, o que implica, de maneira contrária, um provável desestímulo àqueles que não se encaixam nas estratégicas pretensões de quem o formula. Em vista disso, em termos urbanísticos, é possível provocar: a quem se está convidando e a quem se busca desestimular a presença e a participação quando se tenta elaborar propostas para um espaço a fim de fomentar, entre outros interesses, a economia criativa, sua vocação mercantil e a interação global? Voltemos ao Vale do Anhangabaú.

Conforme evidenciado pela reportagem da série Privatização da Rua, em 2014 foi lançado o edital para contratar empresa, ou consórcio de empresas, que desenvolvesse projetos básico, executivo e modelo de gestão para o Vale do Anhangabaú com base nos estudos do Gehl Architects, que foram financiados pelo banco Itaú. O termo de referência para o projeto é enfático quanto aos ganhos comerciais que a região do Vale do Anhangabaú poderá ter após a sua *requalificação*¹⁸. Entretanto, para que isso ocorresse, seria necessário adequá-lo como um equipamento cultural a fim de torná-lo convidativo para a circulação, encontros e sociabilidades de pessoas que também seriam potenciais clientes para o consumo no entorno.

Ao considerar a ênfase em torno da cultura numa *cidade para as pessoas*, tal como consta nos estudos da equipe de Gehl, não se pode perder de vista, conforme alertado por Otilia Arantes (2013), que ela tem sido apresentada como uma isca importante para garantir a coalizão em favor de planejamentos urbanos de cunho neoliberal: ela é lançada como uma maquiagem para a entropia tão cara a muitas metrópoles. Segundo a autora,

[...] quando, nos dias de hoje, se fala de cidade (pensando estar “fazendo cidade”...), fala-se cada vez menos em racionalidade, funcionalidade, zoneamento, plano diretor etc., e cada vez mais em requalificação, mas em termos tais que a ênfase deixa de estar predominantemente na ordem técnica do Plano – como queriam os modernos – para cair no vasto domínio *passé-partout* do assim chamado “cultural” e sua imensa gama de produtos derivados (Arantes, 2013, p. 15).

Desse modo, Arantes nos mostra a força do culturalismo de mercado no âmbito do planejamento urbano, que depende, para se efetivar, do fomento a certas formas de cidadania, da criação de uma âncora identitária, da espetacularização do cotidiano,

18. Em tal termo de referência constam diversas orientações a fim de direcionar a planta com estabelecimentos comerciais e equipamentos de lazer e cultura para o Vale do Anhangabaú. Neste documento, segundo a reportagem da “Privatização da Rua”, “a vocação mercantil dada ao Vale é notável”. Partes extraídas do termo de referência constam em: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/s.php?page=dadosabertos>, consultado em 20/6/2021.

de estilos de vida pautados por consumo ostensivo. E perspectivas importadas – como as de Gehl, em prol de uma *cidade para pessoas* – soam como uma fórmula salvadora para garantir essas condições que, no fundo, também são combustíveis para a fabricação do consenso a fim de tornar a cidade mais competitiva. Todavia, isso acaba por alimentar as escusas intenções que pairam sobre determinados espaços: o seu valor de uso, aquilo que passa a representar para os cidadãos, poderá se converter em vantagens econômicas para os grupos que querem comercializá-lo. Talvez seja por isso, pois, que uma instituição financeira estivesse tão interessada não apenas em patrocinar um estudo para uma área pública, mas também em influenciar quais pessoas seriam convidadas e quais seriam preteridas do projeto básico do local que seria reformado. Não é de modo irrisório que as polêmicas continuaram após o início da obra. É o que será revelado a seguir.

Um produto em obra

A empresa vencedora do processo de licitação para a elaboração de projetos básico e executivo foi a PJJ Malucelli Arquitetura, que designou o arquiteto Mario Biselli para gerenciá-los¹⁹. A divulgação da vitória foi publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 10 outubro de 2014. O projeto básico começou a ser desenvolvido em novembro de 2014 com base no conceito de *cidade para pessoas*. Caberia à tal arquiteto dar forma aos estudos prévios coordenados pela equipe de Jan Gehl. Para tanto, considerou-se necessário prover o local com elementos atrativos para as pessoas, como cadeiras, bancos, quiosques, bancas de jornal, nova vegetação, piso de superfície acessível (para substituir as pedras portuguesas lá dispostas), áreas sombreadas, melhor iluminação, inclusão de wi-fi grátis, mirante e arquibancada para a visualização panorâmica e, ainda, centenas de jatos d'água iluminados por luzes de LED.

Não obstante, como consequência dessa reforma, outra intenção estratégica seria a garantia de um ambiente seguro com vistas ao repovoamento da região central, com a atração de um novo perfil de morador, e ainda o aumento do comércio local com a reativação de fachadas no térreo dos edifícios que contornam o Vale do Anhangabaú. Estavam previstas, dessa forma, alterações contundentes que poderiam garantir o potencial comercial bem como favorecer a valorização imobiliária do entorno. Tal

19. A assinatura do contrato para a elaboração do projeto executivo e a execução da obra, no valor de inicial de R\$ 79.934.920,45 – posteriormente revisto para aproximadamente R\$ 106 milhões –, sob financiamento do Fundo Municipal para Desenvolvimento Urbano (Fundurb), se dera em novembro de 2017, ao passo que a obra começou a ser executada em junho de 2019, com Bruno Covas na condição de prefeito.

postura, que promove lógicas privatistas e de mercado, parece ter agradado empresários de diversos setores. Um portal ligado ao setor imobiliário, por exemplo, demonstrou seu otimismo:

A prefeitura do município de São Paulo, gestão após gestão, tenta levar adiante o plano de revitalizar o centro da capital. Desta vez, sob o comando de Bruno Covas, aos poucos, a meta parece começar a ganhar forma. Iniciativas como a requalificação do Vale do Anhangabaú e do calçadão do chamado triângulo histórico e projetos de intervenção urbana na região central prometem trazer oportunidades de negócios à iniciativa privada, incluindo *players* dos setores imobiliário e de infraestrutura (“Ações marcam início da revitalização do centro de São Paulo”. *Portal GRI Club*. Disponível em: https://www.griclub.org/news/real-estate/acoes-marcam-inicio-da-revitalizacao-do-centro-de-sao-paulo_631.html, consultado em 9/3/2021).

Se por um lado a reforma em curso agradeu os ditos *players* dos setores imobiliário e de infraestrutura, conforme explicito no excerto acima, por outro, ela foi veementemente criticada por entidades da sociedade civil, sobretudo aquelas que foram obliteradas dos diálogos que culminaram no já problematizado consenso²⁰. A Associação Preserva São Paulo, por exemplo, que atua em defesa do patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico da cidade de São Paulo, entrou com um pedido em 2019 na Justiça a fim de paralisar a obra. A justificativa é que não houve participação popular durante a elaboração do projeto – embora a prefeitura afirme o contrário²¹ –, que, por sua vez, também não foi completamente divulgado. Além disso, não foram realizados estudos de impacto ambiental e, tampouco, levada em conta a história do centro da capital paulista²². O Tribunal de Justiça de São Paulo chegou a suspender a obra, embora tenha liberado, após sete dias, a sua retomada com base em um pedido do município. Na decisão foi alegado que tal

20. Para mais críticas, acessar a matéria “Reforma do Anhangabaú é criticada por entidades da sociedade civil”. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/reforma-do-anhangabau-e-criticada-por-entidades-da-sociedade-civil/>, consultado em 9/3/2021.

21. A prefeitura, em sua defesa, alega que o projeto foi concebido “com a contribuição de diversos atores da sociedade civil em oficinas e conta com aprovações de diretrizes na Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, Condephaat (Conselho Estadual de Patrimônio) e Conpresp (Conselho Municipal de Patrimônio), além de ter sido apresentado na Câmara Municipal e em diversas reuniões setoriais com associações locais, universidades e fóruns profissionais”. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/2077913-grupo-de-moradores-questiona-na-justica-obras-no-centro-de-sp>, consultado em 9/3/2021.

22. Para mais detalhes sobre a paralisação das obras, verificar a matéria “Justiça em São Paulo suspende obras no Vale do Anhangabaú”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/justica-em-sao-paulo-suspende-obras-no-vale-do-anhangabau.shtml>, consultado em 9/3/2021.

paralisação acarretaria notáveis prejuízos à economia pública dada a vigência dos custos contratuais²³.

A retomada da obra agravou as polêmicas. Alguns arquitetos e urbanistas também se posicionaram contrários à formulação do projeto e aos encaminhamentos realizados para sua execução. Dentre as críticas, destacaram-se as de Raquel Rolnik, que questionou publicamente certos problemas que poderiam decorrer da reforma, como a falta de manutenção periódica dos equipamentos e de cuidado efetivo com o espaço:

Quem passa pelo Vale sabe bem que o lugar precisa de cuidado. (...) Cuidar da limpeza e manutenção é tema de gestão, não de projeto, já que o mau cheiro tem diretamente a ver com a falta de banheiros. Além disso banheiros, mais bancos, lugar para quiosques e 120 árvores não precisam de R\$ 80 milhões para serem implantados. E se não conseguimos montar uma equação de manutenção permanente para o projeto dos anos 1980, qual será a mágica que vai garantir que as 850 fontes de água funcionarão para sempre? [...]. Afinal, qual é o modelo de gestão que vai garantir um lugar bem cuidado, de forma permanente? (“Como não livrar o Anhangabaú dos seus velhos problemas”. *LabCidade*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/como-nao-livrar-o-anhangabau-dos-seus-velhos-problemas/>, consultado em 9/3/2021).

É possível realçar ainda algumas resistências concretas contra a obra. Os skatistas da modalidade *skate de rua*, um dos principais usuários do Vale do Anhangabaú desde o começo da década de 1990, fizeram uma série de manifestações com o início da intervenção (a partir de junho de 2019)²⁴. De modo a repudiar as ações em curso, organizaram protestos em frente à prefeitura, criaram petições online e produziram vídeos para chamar a atenção dos agentes políticos para as suas demandas, as quais, após muita pressão, foram parcialmente atendidas²⁵. Críticas divulgadas em canais diversos denunciaram também o potencial gentrificador da intervenção, a exemplo do que já tinha ocorrido com a implantação do projeto-piloto, que poderá afastar ou controlar a presença de certos cidadãos – sobretudo aqueles que são considerados, sob certos vieses, como indesejáveis, como pessoas em situação de rua e demais vulneráveis – e suas respectivas práticas espontâneas nos limites do Vale do

23. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-retoma-obras-no-vale-do-anhangabau>, consultado em 9/3/2021.

24. Em pesquisas precedentes analisei os usos e as apropriações de diversos espaços públicos de São Paulo, como o Vale do Anhangabaú, com o foco na prática do skate de rua. Para mais detalhes sobre as experiências cidadinas do universo dessa prática, verificar Machado (2014; 2017).

25. Em razão das resistências, mas também de diálogos institucionais, as demandas dos skatistas foram parcialmente atendidas com a inclusão de um memorial do skate numa área limitada do Vale do Anhangabaú. Tal espaço foi concluído e liberado ao público antes mesmo da reinauguração oficial do local.

Anhangabaú, com o propósito de favorecer principalmente lógicas de consumo nos estabelecimentos e equipamentos que seriam concedidos para a iniciativa privada.

Quanto a tal concessão, em outubro de 2020 ocorreu o processo de licitação a fim de definir quem administraria a área pelos próximos 10 anos. O vencedor fora o Consórcio Viva o Vale, formado pelas empresas Urbancon, Nacional e B. Internacional Real Estate²⁶. Ao consórcio vitorioso está garantido o direito à exploração comercial de vários espaços dentro do Vale do Anhangabaú e no seu entorno. Quanto aos seus deveres, cabe ao administrador fomentar e promover atividades com fins diversos (culturais, esportivas, de lazer etc., desde que sejam de interesse coletivo), além da gestão, manutenção, zeladoria e limpeza dos espaços durante todo o período da concessão, e ainda a necessidade de contratação de equipes de segurança e a instalação de câmeras de vigilância, o que poderá contribuir para intensificar o controle sobre os cidadãos indesejáveis para o local.

A gestão municipal de Bruno Covas, responsável pela execução da obra, através de comunicado oficial publicado em vários portais de notícias, limitou-se a exaltar os benefícios econômicos que a capital paulista poderá obter a partir da concessão do Vale do Anhangabaú à iniciativa privada. A previsão é a de que o gerenciamento e a ativação sociocultural do local possam garantir R\$ 46 milhões para a cidade e movimentar R\$ 250 milhões por ano para os estabelecimentos do Centro, além do aumento de cerca de 10 mil pessoas por semana circulando na região²⁷.

Os processos em torno da concessão, sobretudo as limitações quanto à recuperação do investimento público, foram veementemente criticados em decorrência das assimetrias da parceria, em que o consórcio lucraria com a exploração comercial ao passo que ao poder público municipal caberia os dispêndios relativos a reforma do Vale do Anhangabaú²⁸. Além de ter sido alvo do Ministério Público e de ter motivado embates entre os candidatos a prefeito das eleições municipais de 2020 – que repudiaram os encaminhamentos da gestão Bruno Covas, que concorria à reeleição²⁹ –,

26. Mais informações em: https://cultura.uol.com.br/noticias/23141_empresa-que-ganhou-concessao-do-novo-vale-do-anhangabau-e-desclassificada.html, consultado em 30/5/2021.

27. Diversos portais de notícias divulgaram a concessão do Vale do Anhangabaú à iniciativa privada. Consultar, entre outros, o link: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/23/prefeitura-de-sp-concede-anhangabau-para-iniciativa-privada-por-r-65-milhoes-apos-reforma-de-r-938-milhoes.ghtml>, consultado em 30/5/2021.

28. O Conselho Participativo Municipal (CPM) da Sé, por exemplo, questionou como o consórcio contratado vai lucrar e a que custo, pois a região também é habitada por pessoas em situação de rua. Detalhes em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/26/prefeitura-de-sp-suspende-licitacao-do-vale-do-anhangabau.ghtml>, consultado em 29/5/2021.

29. Bruno Covas foi reeleito prefeito de São Paulo. O seu novo mandato deveria ocorrer entre 2021 e 2024, contudo, o agente político veio a óbito logo no primeiro ano em razão de problemas de saúde. O seu vice, Ricardo Nunes (MDB), assumiu o cargo de prefeito em maio de 2021.

os constantes atrasos na entrega da obra, os aditivos que encareceram os seus custos, os problemas de diálogo com a população vulnerável, entre outros fatores, também levaram o vereador Toninho Vespoli (PSOL) a protocolar um pedido de CPI para investigar possíveis irregularidades.

As polêmicas em torno do Vale do Anhangabaú estão longe de acabar. Afinal, trata-se de um espaço central que historicamente reverbera tanto redes sociotécnicas e seus respectivos jogos de poder quanto certas formas de resistências ao que se pretende instituir no local. É de se esperar, por conseguinte, que aquilo que aparentemente soou como uma novidade – isto é, o léxico que propaga a importância da mudança de escala no planejamento assim como a flexibilidade proporcionada por concepções que relevam um viés humanista liberal – fosse englobado por muitas tensões, malgrado os consensos que se buscou induzir, em razão do descolamento da realidade concreta local. Com efeito, a “Síndrome de Copenhagen”, se assim podemos dizer, ainda que revestida de uma preocupação com as pessoas, parece que também tem seus limites³⁰.

Considerações finais

A finalização da reforma estava prevista para junho de 2020, contudo, o novo Vale do Anhangabaú só fora entregue à população no instante da conclusão deste artigo, em fins de julho de 2021³¹. Apesar da sua recente reinauguração, é possível aventar os impactos da sua reforma a partir da retomada do que fora negligenciado dos processos que se diziam participativos, isto é, a parca abertura aos representantes das populações mais vulneráveis, e pelo que fora provocado pelo projeto-piloto. Quanto a este último aspecto, basta lembrar, conforme evidenciado no tópico anterior, que as pessoas em situação de rua que ocupavam o espaço público alvo de testes tiveram que migrar para outros locais. Sendo as desigualdades sociais um problema estrutural, a almejada *requalificação* de um espaço central sem a devida compensação para os

30. Jan Gehl (2013, p. 195) elaborou o termo “Síndrome de Brasília” para criticar o impacto do planejamento urbano moderno sobre a vida das pessoas. Segundo o arquiteto, Brasília, vista do alto, “é uma bela composição”, contudo, “é uma catástrofe ao nível dos olhos”. Em contraposição, Gehl, conforme já problematizado neste texto, chama a atenção para a escala humana, para a metodologia de uma “cidade para pessoas”. Tal perspectiva fora levada a cabo no planejamento urbano de Copenhagen, cidade onde está situado o seu escritório. As perspectivas de Gehl parecem terem sido importadas para o contexto paulistano como uma fórmula salvadora dos espaços públicos. Nessas circunstâncias, cabe a ponderação feita por Ermínia Maricato (2013, p. 173) diante das transposições que desconsideram particularidades locais: “para não repetir as ideias fora do lugar é preciso ampliar o conhecimento da contraposição entre a história das ideias e a evolução da realidade empírica. É preciso levar em conta o fosso que separa as ideias da prática e também o fosso que nos separa dos países centrais”.

31. Durante a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB, 2021-2024), substituto de Bruno Covas.

atingidos pode apenas criar uma ilusão de inclusão. Como a compensação muitas vezes não ocorre, os mais vulneráveis, em razão das estratégias político-urbanísticas, se valem da constituição de territorialidades itinerantes como tática de permanência na centralidade³².

A partir da simbiose entre cultura e economia, da mudança de escala no planejamento, do reencontro entre as pessoas e a cidade, da espetacularização do cotidiano, da afirmação do capital simbólico de uma centralidade que parece tolerar apenas uma relativa diversidade de usos, poderá ocorrer não apenas uma apropriação regular por parte dos cidadãos desejáveis – ou seja, dos usuários solventes (Arantes, 2013; Vainer, 2013a) – que estarão a consumir no e o lugar reformado³³, mas também um controle urbano que garantirá as condições para potencializar a competitividade da cidade e os anseios daquelas pessoas que fazem dela um produto a ser empreendido: as pessoas jurídicas, sobretudo as instituições financeiras e as associações por elas apoiadas.

Portanto, o conceito de *cidade para pessoas* divulgado em materiais institucionais aparenta ter sido, nesse contexto, mero eufemismo – que se soma a tantos outros modismos propagados por governanças urbanas diversas, como *reurbanização*, *requalificação*, *revitalização*, *regeneração*, como bem problematizado por Arantes (2013) – para fabricar consensos, otimismo e sinergias e para reificar um modelo de cidade que encobre as contradições sociais e estruturais de certas intervenções, como a que ocorreu no Vale do Anhangabaú.

Ao considerar toda sorte de dinâmicas relacionais locais, bem como a possível continuidade de intensas disputas e mediações entre diferentes agentes e instituições, permanecem, pois, algumas questões a serem confrontadas por novas pesquisas sobre o espaço recém-inaugurado: a parceria entre o poder público e a iniciativa privada estimula usos e apropriações cidadinas ou apenas implica em seus estratégicos controles? A reforma impacta as vivências ordinárias dos sujeitos historicamente presentes no Vale do Anhangabaú, sobretudo daqueles mais vulneráveis? É fundamental seguir atento aos desejos de mudanças esperados para o local, mas sem se esquivar, também, de destrinchar os impactos das supostas boas intenções enaltecidas *a priori*, as

32. Para uma discussão detida sobre a constituição de territorialidades itinerantes na região central de São Paulo, ver Perlongher (2008); Frúgoli Jr. e Cavalcanti (2013).

33. Guido Otero, em texto publicado no site do LabCidade (USP), recorda que “em apresentação pública online, realizada em junho de 2020, a Prefeitura de São Paulo trouxe como referência para ocupação destas novas frentes comerciais reconhecidos restaurantes voltados para o público de classe alta”. Nessas circunstâncias, segundo o arquiteto, “o problema que motivou a obra foi de ‘ativação’, o que parece estar em jogo na terceirização da gestão deste espaço é qual será o público do novo Anhangabaú e como serão tratados aqueles que não se enquadrem neste espectro”. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/novo-anhangabau-apagamento-e-ELITIZACAO-custando-carO-aos-cofres-publicos/>, consultado em 29/6/2021.

- vel em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/brochura_cda_7_10_13.pdf, consultado em 19/6/2021.
- GESTÃO URBANA SP. “Largo São Francisco. Relatório Centro Aberto”. *Portal da Prefeitura de São Paulo*. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/06_LSF2_fasciculo_2017-12.pdf, consultado em 8/6/2021.
- GESTÃO URBANA SP. “O Vale do Anhangabaú”. *Portal da Prefeitura de São Paulo*. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/centro-dialogo-aberto/o-vale-do-anhangabau/>, consultado em 30/6/2021.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. (2016), “Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena”. *Revista Diálogo Educacional*, 16 (47): 125-146.
- HARVEY, David et al (orgs.). (2013), *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- HEREÑÚ, Pablo Emilio Robert. (2007), *Sentidos do Anhangabaú*. São Paulo. Dissertação de mestrado em arquitetura e urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.
- JACOBS, Jane. (2014), *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo, Martins Fontes.
- LEFEBVRE, Henri. (2008), *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro.
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. (2014), *De “carrinho” pela cidade: a prática do skate em São Paulo*. São Paulo, Intermeios.
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. (2017), *A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadania*. São Paulo. Tese de doutorado em antropologia social. Universidade de São Paulo.
- MARICATO, Ermínia. (2013), “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil”. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, pp. 121-192.
- MELLO, Marina Carvalho Ferreira. (2019), *Potencialidades urbanas do cotidiano da cidade de São Paulo: os casos do Vale do Anhangabaú e do Largo da Batata*. São Paulo. Dissertação de mestrado em arquitetura e urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.
- MILLER, Carlos Eduardo Murgel. (2017), *Reurbanização do Vale do Anhangabaú: propostas para a recriação de uma paisagem*. São Paulo. Dissertação de mestrado em arquitetura e urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.
- MONTEIRO, Daniel. “Reforma do Anhangabaú é criticada por entidades da sociedade civil”. *Portal da Câmara Municipal de São Paulo*. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/reforma-do-anhangabau-e-criticada-por-entidades-da-sociedade-civil/>, consultado em 9/3/2021.
- NADAL, Luc. (2007), “Introdução: o ressurgimento do Centro histórico de São Paulo”. In: GEHL

- ARCHITECTS & ITDP. *Estratégias para o Anhangabaú e Quadra das Artes*. Disponível em: https://itdpdotorg.wpengine.com/wp-content/uploads/2014/07/ITDP_Gehl-Sao-Paulo-report-Final-Rev-2007.06.22.pdf.
- OTERO, Guido. “Novo Anhangabaú: apagamento e elitização custando caro aos cofres públicos”. *LabCidade – Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/novo-anhangabau-apagamento-e-elitizacao-custando-caros-cofres-publicos/>, consultado em 29/6/2021.
- PASQUINI, Patrícia. “Justiça em São Paulo suspende obras no Vale do Anhangabaú”. *Folha de São Paulo (Cotidiano)*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/justica-em-sao-paulo-suspende-obras-no-vale-do-anhangabau.shtml>, consultado em 9/3/2021.
- PERLONGHER, Néstor. (2008), *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. “Centro aberto”. *Portal da Prefeitura de São Paulo*. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/urbanismo/index.php?p=288083, consultado em 30/6/2021.
- REDAÇÃO UOL. “Empresa que ganhou concessão do novo Vale do Anhangabaú é desclassificada”. *Cultura. Portal UOL*. Publicado em 20/5/2021. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/23141_empresa-que-ganhou-concessao-do-novo-vale-do-anhangabau-e-desclassificada.html, consultado em 30/5/2021.
- REIS, Vivian. “Prefeitura de SP suspende concessão do Vale do Anhangabaú após TCM apontar falta de transparência no processo”. *G1 São Paulo*. Publicado em 26/08/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/26/prefeitura-de-sp-suspende-licitacao-do-vale-do-anhangabau.ghtml>, consultado em 29/5/2021.
- REIS, Vivian. “Prefeitura de SP concede Anhangabaú para iniciativa privada por R\$ 6,5 milhões após reforma de R\$ 93,8 milhões”. *G1 São Paulo*. Publicado em 23/10/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/23/prefeitura-de-sp-concede-anhangabau-para-iniciativa-privada-por-r-65-milhoes-apos-reforma-de-r-938-milhoes.ghtml>, consultado em 30/5/2021.
- RIBEIRO, Bruno & MENGUE, Priscila. “Grupo de moradores questiona na Justiça obras no centro de SP”. *Estadão Conteúdo*. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/2077913-grupo-de-moradores-questiona-na-justica-obras-no-centro-de-sp>, consultado em 9/3/2021.
- ROLNIK, Raquel. “Como não livrar o Anhangabaú dos seus velhos problemas”. *LabCidade – Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/como-nao-livrar-o-anhangabau-dos-seus-velhos-problemas/>, consultado em 9/3/2021.
- SECRETARIA ESPECIAL E COMUNICAÇÃO. “Prefeitura retoma obras no Vale do Anhangabaú”. *Portal cidade de São Paulo*. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-retoma-obras-no-vale-do-anhangabau>, consultado em 9/3/2021.

- SINGER, André. (2013), “Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas”. *Novos Estudos Cebrap*, 97: 23-40.
- SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. (1995), *Anhangabaú: história e urbanismo*. São Paulo. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.
- SP PARCERIAS. “Concessão Vale do Anhangabaú”. Disponível em: http://www.spparcerias.com.br/sites/default/files/arquivos/noticia/2020-06/20200617%20-%20Anhangabaú_Roadshow%20v09.pdf, consultado em: 30/5/2021.
- TAKADA, Estela. “Ações marcam início da revitalização do centro de São Paulo”. *Portal Gri Hub*. Disponível em: https://www.griclub.org/news/real-estate/acoes-marcam-inicio-da-revitalizacao-do-centro-de-sao-paulo_631.html, consultado em 9/3/2021.
- TAVOLARI, Bianca. (2019), “Jane Jacobs: contradições e tensões”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 21: 13-25.
- VAINER, Carlos. (2013a), “Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, pp. 75-104.
- VAINER, Carlos. (2013b), “Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao ‘Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro’”. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, pp. 105-120.

Resumo

Cidade para quais pessoas? Sobre as contradições da reforma do Vale do Anhangabaú

O artigo reconstitui algumas das principais mediações e embates em torno do recente projeto de reforma do Vale do Anhangabaú – um dos espaços públicos mais expressivos e disputados de São Paulo – para, conseqüentemente, problematizar os sentidos de certos léxicos incorporados por diferentes gestões municipais a fim de garantir a coalizão necessária para execução da obra. O destaque fica para o conceito de *cidade para pessoas*, propagado por Jan Gehl, arquiteto e urbanista dinamarquês. Com tal objetivo, espera-se, pois, refletir sobre a seguinte questão: para quais pessoas o Vale do Anhangabaú estaria sendo reformado? A proposta será possível com base na análise de documentos e de publicações disponibilizadas por setores da Prefeitura de São Paulo; de reportagens jornalísticas propagadas em canais diversos; de posicionamentos de agentes ligados a múltiplas esferas da sociedade civil; além, ainda, do diálogo com autores vinculados aos estudos urbanos.

Palavras-chave: Vale do Anhangabaú; Centralidades; Cidade para pessoas; Produção do espaço; Estudos urbanos.

Abstract

Cities for which people? About the contradictions of the Vale do Anhangabaú reform

This article reconstitutes some of the main mediations and conflicts around the most recent project to reform the Vale do Anhangabaú – one of the most expressive and disputed public spaces in São Paulo – to problematize the meanings of certain lexicons incorporated by different urban governances in order to ensure the necessary coalition to carry out the work. The highlight is the concept of the *cities for people*, propagated by Jan Gehl, Danish architect and urban planner. Based on this objective, it is expected, therefore, to reflect on the following question: for which people would the Vale do Anhangabaú be remodeled? The proposal will be possible from the analysis of documents and publications available through sectors of the São Paulo City Hall; of journalistic reports propagated in different channels; of positions of agents linked to multiple spheres of civil society; in addition to the dialogue with authors linked to urban studies.

Keywords: Vale do Anhangabaú; Centralities; City for people; Production of space; Urban studies.

Texto recebido em 7/9/2021 e aprovado em 7/2/2022.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.190441.

GIANCARLO MARQUES CARRARO MACHADO é doutor em antropologia social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS/Unimontes-MG) e docente vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da mesma instituição. É pesquisador associado do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo (NAU/ USP). É autor do livro *De carrinho pela cidade: a prática do skate em São Paulo* (Intermeios, 2014). Realizou estágio pós-doutoral no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) entre julho de 2020 e junho de 2021. E-mail: giancarlo.machado@unimontes.br.

